

AIDE MEMOIRE REVISÃO ANUAL 2012: ANEXO V

SÍNTESE DA XI SESSÃO PLENÁRIA DO OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

**SÍNTESE DA XI SESSÃO PLENÁRIA DO
OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO**

Maputo, 16 de Março de 2012

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. APRESENTAÇÕES	4
2.1. GOVERNO - BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 2011.....	4
2.2. SOCIEDADE CIVIL	7
2.3. PARCEIROS DE COOPERAÇÃO	9
3. DISCUSSÃO ABERTA.....	9
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	12
5. ANEXOS.....	14
I. PROGRAMA	14
II. LISTA DE PARTICIPANTES	15

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do Processo de Planificação e Monitoria Participativa, realizou-se no dia 16 de Março de 2012, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, Cidade de Maputo, a 11ª Sessão Plenária do Observatório do Desenvolvimento Central.

A Sessão contou com a presença de membros do Governo, representantes da Sociedade Civil (G-20), Sector Privado, Organizações Sindicais dos Trabalhadores, Instituições Académicas e Parceiros de Cooperação Internacional, (**vide em anexo o programa e a lista de participantes**).

O Observatório de Desenvolvimento (OD) teve como agenda principal a apreciação do Balanço do Plano Económico e Social 2011, instrumento operacional do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014).

Abertura do encontro foi proferida por Sua Excelência o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Dr. Aiuba Cuereneia, que na ocasião sublinhou que a institucionalização do OD impulsionou o aprofundamento dos processos de interação e consulta entre o Governo e seus Parceiros internos e externos em torno da agenda de combate a pobreza e na consolidação da democracia participativa no país.

Na sequência, Sua Excia. apelou as Organizações da Sociedade Civil para cada vez mais apresentarem propostas documentadas para as discussões, enriquecendo assim a pluralidade de pontos de vista e emitindo igualmente um sinal saudável de confiança entre as partes.

Salientou ainda que a 11ª Sessão Plenária do OD enquadra-se no processo da Revisão Anual de 2012, que teve o seu lançamento a 5 de Março do corrente ano, o qual constitui um mecanismo de diálogo para um melhor aproveitamento das contribuições das Organizações da Sociedade Civil, em torno do desempenho do Governo e dos nossos parceiros externos, no quadro da implementação das acções para o combate a pobreza, assente na eficácia e eficiência da ajuda externa, assim como na planificação, monitoria e avaliação inclusiva.

Sua Excia. recordou que as recomendações saídas desta sessão plenária serão parte do documento final da Revisão Anual, anexo ao "Aid Memoire". Ao terminar a sua intervenção, desejou a todos os participantes, uma sessão plena de frutuoso diálogo na discussão aberta e franca, trazendo subsídios adicionais que possam conduzir ao combate a pobreza, e, declarou formalmente aberta a 11ª Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento.

2. APRESENTAÇÕES

2.1. GOVERNO - BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 2011

Coube ao Governo, fazer a apresentação relativa ao Balanço do Plano Económico e Social 2011, integrando o ponto de situação do grau de cumprimento dos indicadores da matriz estratégica do PARP 2011 - 2014.

Na ocasião, o Director Nacional de Monitoria e Avaliação, dr. Chaibo Selemene, procedeu a apresentação do Balanço do Plano Económico e Social 2011, dando enfoque ao Contexto Internacional e aos principais indicadores macroeconómico e sociais que impulsionaram o crescimento da produção acima do previsto.

De referir que a apresentação, fez menção aos principais resultados macroeconómicos alcançados no ano transacto, bem como resumiu as principais acções dos diversos Sectores do Governo.

Ainda na apresentação, fez-se referência aos progressos assinaláveis na prossecução dos objectivos do PES 2011, na medida em que, a produção global cresceu em 7,2%, um crescimento de 0,5 pontos percentuais acima do que tinha sido previsto; a taxa de inflação se situou em torno da previsão revista 10,35%; as exportações se situaram em 111,9% da meta prevista; o saldo das reservas internacionais líquidas, corresponderam a 4,7 meses de importação e, houve aceleração na aprovação de investimentos privados com a previsão de criar mais empregos.

Referiu ainda que apesar da crise económica e financeira que afectaram as grandes economias do mundo, sobretudo a zona euro, e a subida dos preços dos combustíveis e de alimentos, grande parte das actividades ou acções previstas no PES 2011 foram realizadas.

O resumo das principais realizações em 2011 foram apresentados obedecendo aos Pilares de Desenvolvimento Humano e Social, Desenvolvimento Económico, Governação e Assuntos transversais, como abaixo se resumem:

DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Aponta-se como principais realizações desta área:

- Construção de mais de 1.900 fontes de água [plano 1.866] a nível nacional; taxa de realização 102,3%;

- Construção de mais de 63.200 latrinas melhoradas e tradicionais [plano 89.430] a nível nacional, a taxa de realização 70,7%;
- Contratação de 8.500 novos professores [plano 10.000] a nível nacional; taxa de realização 85,0%;
- Inscrição de 46.100 alunos em instituições públicas [plano 43.000] a nível nacional; taxa de realização 107,2%;
- Realização dos X jogos Olímpicos Africanos, Maputo 2011, onde participaram cerca de 21.000 pessoas desportivamente ligados a jogos, [todos os países de África];
- Desparasitação e tratamento de cerca de 3,5 milhões de crianças [plano 3 milhões] a nível nacional correspondendo a uma taxa de realização de 116,7%; e
- Reunificação de mais de 1.100 crianças, sendo 870 em famílias próprias e 259 em famílias substitutas [plano 1.026], o que corresponde a uma realização de 109% a nível nacional.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Nesta área são de realce os seguintes resultados:

- Reabilitados 819 ha de regadio: 100 ha em Maputo, 170 ha em Gaza, 441 ha em Inhambane, 75 ha em Sofala e 33 ha em Niassa;
- Financiados 56 projectos de compra e venda de insumos de pesca nas províncias de Cabo-Delgado, Sofala e Gaza. Financiados 77 projectos de comercialização de pescado nas províncias de Cabo-Delgado, Niassa, Zambézia, Sofala, Inhambane e Gaza. Financiado 1 projecto de aquacultura em Inhambane;
- Construídos 9 silos em zonas de maior produção agrícola (Niassa, Cabo-Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Gaza);
- Concluída a electrificação das sedes distritais de Mueda, Muidumbe, Nangade, Palma, Quissanga, Mocimboa da Praia, Meluco e Ibo e Postos Administrativos de Muaguide, Dade, Pangane, Diaca e Mucojo, Bilibiza, Mahate, Imbuo, Chai e Olumbi;
- Reabilitado o terminal de carvão da Beira e já em operação; e
- Criados 315.707 empregos contra 267.510 de 2010, sendo 262,832 no mercado nacional e os restantes 52,875 recrutados para as minas e Farmas na RSA. Representando uma taxa de realização de 118%.

GOVERNAÇÃO

Para esta área importa destacar:

- O alargamento da rede do IPAJ para 18 distritos [plano 13], realização de 138,5%;
- Aprovação a revisão pontual da lei nº 8/2003, sobre os Órgãos Locais do Estado; e
- Aprovação e em implementação 174 projectos que permitiram gerar 526 postos de trabalho, visando a melhoria da renda das famílias dos beneficiários e consequente redução da pobreza urbana.

ASSUNTOS TRANSVERSAIS

Apontam-se como principais realizações desta área:

- Criação e operacionalização de 33 Conselhos Distritais (CD) para o avanço da mulher: Cabo Delgado (16); Zambézia (1); Sofala (3); Nampula (3); Gaza (5) e Cidade de

Maputo (5), e capacitados 7 CD: Nampula, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo Província;

- Realização de financiamento de 6.700 projectos (2.833 de comida e 3.893 de emprego). Destes 1.766 são de associações e 5.650 individuais e criados 19.806 empregos, entre sazonais e fixos;
- Desminadas 11 áreas (708.888 m²) na província de Cabo Delgado; 18 áreas (553.840 m²) na província de Niassa; 17 áreas (1.541.996 m²) na província de Inhambane; e 3 área (456.114 m²) na província de Gaza; e
- Difusão através da comunicação social, mensagens em línguas locais sobre a campanha “andar fora é maningue arriscado” no âmbito do HIV/SIDA.

No âmbito da apresentação do Balanço do PES 2011, foi também apresentado o ponto de situação do cumprimento dos **indicadores da matriz estratégica do PARP 2011-2014**, assentando nos três objectivos nomeadamente: 1. Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira; 2. Promoção do Emprego; e 3. Desenvolvimento Humano e Social, suportados pelos Pilares de Apoio de Macroeconomia e Gestão de Finanças Públicas; e Governação. Esta avaliação mostra um cumprimento de 54% das metas e 30% de indicadores que registam progressos significativos, o que indica no geral um desempenho positivo para 2011.

2.2. SOCIEDADE CIVIL

A apresentação da Sociedade Civil foi feita pela sua representante, Eufregina dos Reis, do Grupo Moçambicano da Dívida, e consistiu em comentários e considerações gerais, constrangimentos e recomendações sobre o documento apresentado pelo Governo, o Balanço do PES 2011 a matriz estratégica do PARP 2011-2014.

COMENTÁRIOS E CONSIDERAÇÕES GERAIS

- i. O tipo de informação apresentada torna o balanço do PES e o QAD menos transparentes;
- ii. A forma como a informação é apresentada reduz a coerência do balanço e da ligação entre metas, indicadores, objectivos estratégicos e intenções do PES e do PARP;
- iii. Os elementos utilizados como “justificativa” ou como “prova” de realização em 2011 são, na sua maioria, frágeis;
- iv. Necessidade de se efectuar análises rigorosas dos determinantes da inflação; análises comparativas de custos e benefícios, no contexto nacional, de políticas consideradas anticíclicas e de combate à inflação;

- v. Justiça fiscal: renegociação das condições fiscais nas situações de isenções desnecessárias, fiscalização e implementação de medidas legais coercivas, com penas pesadas, incluindo mecanismos de repúdio público para os que fogem ao fisco; e
- vi. Melhoria do processo de Planificação pública, através do envolvimento público na definição de prioridades, particularmente ao nível provincial e distrital, e implementação de um sistema consistente de monitoria, com uma ligação consistente de instituições de prestação de contas, monitoria e fiscalização (incluindo os Observatórios de Desenvolvimento aos diferentes níveis), desde o nível distrital; o papel das Assembleias Provinciais e sua colaboração com a Sociedade Civil deve ser reforçado.

CONSTRANGIMENTOS

Os actores da Sociedade Civil continuam a se debater com o problema de tornar a sua contribuição mais relevante no processo de Planificação Pública:

- a) Segundo reportam, não há um instrumento legal ou oficial de suporte da participação da Sociedade Civil. Como consequência, os espaços para a sua participação são limitados, o seguimento das suas contribuições no processo de Planificação Pública não é claro e a sua actuação não é previsível;
- b) Neste contexto consideram ainda os Observatórios de Desenvolvimento ao nível das províncias, que não estão acoplados ao processo de Revisão Anual, são meros espaços de prestação de contas, não oferecendo oportunidade para a participação popular na Planificação Pública. Os processos de planificação ao nível dos distritos e províncias são exercícios internos do Governo;
- c) Refiram ainda que a ligação entre os diferentes espaços de diálogo é fraca, vaga ou inexistente; o envolvimento de actores importantes como Parlamentares é fraco e que os políticos nunca estão lá, e pode dizer-se que estes estão alheios aos processos de desenvolvimento no país.

RECOMENDAÇÕES

Em relação aos indicadores, a Sociedade Civil referiu-se que:

- i. Os indicadores devem ser de resultados e orientados para mudanças;
- ii. Têm que ter as qualidades de desagregação, especificação, localização e ligação ao tempo;
- iii. A melhoria dos dados e informação pelos sectores para a sustentação do padrão de indicadores que aqui se demanda;

- iv. A actualização e implementação do Guião dos Observatórios;
- v. A criação de mecanismos que obriguem e disciplinem as autoridades públicas provinciais para a abertura dos processos de diálogo e planificação pública, com uma atenção específica para os Observatórios Provinciais;
- vi. A ligação funcional, com implicações concretas no cronograma, dos diferentes espaços de diálogo, com particular atenção para os Observatórios de Desenvolvimento, e a ligação entre estes e o ciclo nacional de Planificação Pública;
- vii. Instituição de mecanismos de retorno (feedback) das contribuições da Sociedade Civil nos fóruns subsequentes ou através de mecanismos específicos;
- viii. Criação de mecanismos para o envolvimento de parlamentares e políticos nos processos de diálogo sobre o desenvolvimento;
- ix. Quanto à Lei do Trabalho, que se elabore um regulamento sobre condições de aplicabilidade do trabalho precário, e;
- x. De igual maneira, a inspecção do trabalho deverá ser extensiva e forte perspectivando, entre outros, o combate ao emprego precário, mas também a observância dos preceitos da Lei do Trabalho, no que tange, por exemplo, à contratação de mão-de-obra estrangeira.

2.3. PARCEIROS DE COOPERAÇÃO

A representante dos Parceiros de Cooperação, Dra. Lola Castro, em nome do representante das Nações Unidas, na sua breve intervenção, saudou o Governo Moçambicano pela realização do OD que demonstra o esforço do Governo para o dialogo permanente com os parceiros e Sociedade Civil, e na implementação de estratégias de desenvolvimento e combate a pobreza no país.

3. DISCUSSÃO ABERTA

Sua Exelência o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, fez a moderação da discussão aberta, solicitando a intervenção dos participantes.

Sua Excia. o Ministro da Finanças (Manuel Chang), intervindo na sessão começou por saudar os resultados positivos apresentados no Balanço do Plano Económico e Social 2011, tendo apelado para que as discussões fossem apenas para o documento apresentado e não para assuntos específicos, pois aquele fórum não podia se transformar em inspecção ou auditoria as

finanças onde só se observa aspectos negativos. Referiu ainda que os assuntos específicos deviam ser discutido em fóruns próprios onde estão especialistas das áreas e não no Observatório de Desenvolvimento. Tendo feito referência a audiência pública pela Comissão do Plano e Orçamento, da Assembleia de República.

Ainda no mesmo contexto disse que o Orçamento do Estado foi baixo e alocou-se de forma mais racional possível e que as despesas eram realizadas dentro dos limites. O crescimento económico esteve acima do previsto, a inflação esteve sob o controle do Governo, a cobrança da receita superou a meta prevista. Apelou ainda, que se observe o volume do orçamento aprovado, as suas condicionalidades e as suas realizações.

Sua Excia. a Ministra a Função Pública, salientou que as realizações do OD traduziam a postura da governação, participativa e aberta que é a essência desta governação. O Balanço do Plano Económico e Social 2011 mostrava a evolução e crescimento do desenvolvimento do País, com maior enfoque nos Distritos, Postos Administrativos e Localidades.

Igualmente fez comentários ao documento apresentado pela Sociedade Civil, o qual diz que o Balanço do PES não é transparente. Enfatizou que o facto de se discutir este documento na Assembleia da República, constituía um acto de transparência, onde o Governo informa sobre as suas realizações e as dificuldades que são encontrados.

No que concerne aos dados que são uma falácia, disse que na governação aberta a população apresenta todas as suas preocupações e nunca foi a intenção do Governo facultar dados falsos.

Quanto ao emprego, o Governo está a trabalhar no sentido de que cada Moçambicano tenha um emprego permanente ou pelo menos um precário. Ainda neste ponto, referiu-se aos benefícios que o Fundo Investimento de Iniciativa Local (7 milhões) está a trazer nos distritos na geração de empregos e na melhoria da qualidade de vida das populações, tendo dado exemplo de jovens de 22 a 24 anos que eram carvoeiros, que após receberem o fundo investiram na produção de arroz e um idoso, que também recebeu o fundo e investiu em moageiras e empregou 3 pessoas e com os lucros comprou uma carrinha para transporte público.

Ainda no que diz respeito a saúde, Sua Excia. Dra. Vitória Diogo referiu que nos distritos existe um (1) médico para 150.000 doentes, mesmo os distritos que não possui um médico permanente, este comparece uma vez por semana para prestar assistência médica, apelou ainda a não generalização dos funcionários que maltratam doentes e referiu-se a existência de bons técnicos de saúde que fazem tudo pelos doentes.

Quanto aos terminais electrónicos, referiu que não são suficientes para avaliar a satisfação da população beneficiária dos serviços do estado, e que existem outras formas como, a governação aberta e as caixas de reclamações. Realçou que foi bom o facto de se ter tido colocada a questão na presença dos parceiros.

Na mesma ocasião Sua Excia o Vice-Ministro da Justiça (Dr. Alberto Nkutumula) entrevistou falando dos motivos da não aprovação do pacote da Lei Anti corrupção onde disse que o parlamento não estava em silêncio em relação a este assunto, deu a conhecer que está agendada para a próxima sessão, na Assembleia da República, o debate sobre a proposta de Lei sobre a protecção de testemunhas, denunciantes e vítimas, no âmbito do pacote Anti-

corrupção. Referiu ainda que, quanto a assistência jurídica é visível, pois foi expandido o sector da Justiça como o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ), e construídas várias Infra-estruturas da justiça como o Palácio da justiça.

Indicou que foi criada a Comissão Nacional dos Direitos Humanos onde fazem parte a Sociedade Civil, o Governo e os Parceiros.

De seguida entrevi Sua Excia. o Vice Ministro da Obras Pública (Dr. Francisco Pereira), que indicou que as obras paradas ou abandonadas constituíam uma preocupação do Governo, facto que acontece por falta de fiscalização e há um esforço do Governo para fortalecer esta área.

Adiante por parte da Sociedade Civil (SC), o (Sr. Gentil) referiu que as organizações da SC não pretendiam hostilizar o Governo, e que este devia acolher as suas sugestões e constatações, pois estes nos seus trabalhos nos Distritos, trazem os problemas e preocupações das Populações. Questionou o desempenho do Governo embora a pobreza tenha aumentado. Igualmente fez menção a promiscuidade entre o Governo e o Partido Frelimo que usam e abusam os bens públicos.

De seguida Sua Excia. Vice-Ministro da Administração Estatal (Dr. José Tsambe) na sua intervenção fez menção a fotografia ilustrada na apresentação da Sociedade Civil dizendo que a imagem não correspondia a de um Centro de Saúde pois, o Ministério da Saúde possui um modelo padrão usado nas construções das Unidades Sanitárias. Provavelmente a fotografia ilustrada podia se tratar de um Posto de Socorro.

Igualmente, referiu que quanto ao adiamento da Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento Provincial, apelou a não generalização do acontecimento, sendo necessário indicar a província onde se sucedeu para se tomar medidas de correcção.

Por parte do Fórum Mulher a (Sra. Nilza) referiu que o Balanço do Plano Económico e Social 2011 faz menção da criação de 315.000 postos de empregos e apenas 6% abrange as mulheres, facto que é muito preocupante tendo em conta que o objectivo é reduzir a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Referiu ainda que a expansão da rede de acesso a água deveria ser ao mesmo ritmo nas zonas rurais e não só acelerado nas zonas urbanas. Referiu ainda da existência de Populações que consomem água poluída pela actividade de exploração mineira.

Ainda da parte do Fórum Mulher a (Sra. Paula Monjane) proferiu elogios ao Governo no envolvimento da Sociedade Civil no processo de Governação, e referiu que em Cabo-Delgado no Distrito de Ancuabe, os beneficiários dos 7 milhões (Fundo de Investimento de Iniciativa Local) são obrigados a pagar um terço do valor em forma de comissão a um membro que facilita a sua elegibilidade neste fundo.

No Sector da Saúde na Província de Gaza no Distrito de Guijá, igualmente foi referido que as mães na maternidade, são obrigadas pelos funcionários daquela unidade sanitária a lavar as roupas hospitalares logo após ao parto.

De seguida a (Sra. Graça Sambo) da Fórum Mulher, entrevi começando por elogiar a abertura que o Governo tem feito para dialogar com a Sociedade Civil, contudo apelou para que o Governo tenha mais paciência em auscultar os problemas colocados pela Sociedade Civil, por

estes constituírem preocupação da População. Referiu ainda que, esperava que na intervenção de S. Excia Vice-Ministro da Justiça fizesse menção ao caso insólito que se deu na Província de Cabo-Delgado onde, numa das cerimónias de ritos de iniciação, 17 Homens violaram uma mulher e as autoridades locais não tomaram nenhuma medida.

Para terminar o (Sr. Humberto Zaqueu) do Grupo Moçambicano da Dívida referiu que os Governos Locais fabricam informação não realística com vista a impressionar o Chefe do Estado e sugeriu que, na presidência aberta, devia desviar a sua agenda para outros locais da Província como forma de apurar a veracidade dos factos, estendendo a situação para qualquer dirigente que fora a fazer visitas as províncias.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No encerramento da sessão, Sua Excia. o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, teceu algumas considerações, em jeito de resposta, conclusões e recomendações:

Referiu que se tratou de um diálogo franco e aberto, que não se tratava de última sessão pois existiriam mais. Realçou que era importante que estes fora continuasse a ter lugar como forma de partilhar ideias, auscultar as preocupações de ambas partes, para juntos encontrarmos soluções rumo ao combate a pobreza.

Referiu ainda da necessidade de partir de um País real, onde as preocupações são muitas e que não podem ser resolvidas de uma só vez. Recordou que desde os acordos de paz até a data de hoje registaram-se mudanças no país em prol do desenvolvimento. Deu exemplo de Distritos que hoje comportam várias Infra-estruturas construídas como escolas, hospitais, palácios de justiça, entre outros. Tudo é feito dentro das capacidades do País.

No que concerne ao emprego precário, referiu que neste momento não há condições de o combater, mas que o Governo esta a envidar esforços para criação de melhor emprego, realçou ainda que mesmo em Países desenvolvidos existem situações de emprego precário, como forma de combater o desemprego.

Igualmente, referiu que quanto à situação da criança da rua, não constituía apenas problema do Governo mais também da Sociedade Civil, que todos devem trabalhar juntos no combate a este problema.

Quanto ao aumento da pobreza, Sua Excia. o Ministro da Planificação e Desenvolvimento referiu que: (i) A comunidade pediu Escola Primária do 1º grau; (ii) Pediu Escola Primária do 2º grau; (iii) Escola Secundária; (iv) pediu energia, todas essas acções foram realizadas, agora querem rede de telefonia móvel. E como forma de enaltecer os esforços do Governo, Questionou se com esses progressos alcançados se podia falar em aumento da pobreza nos últimos anos?

Referiu igualmente que nos Distritos a distância para os hospitais diminuiu, a maior parte dos Distritos tem pelo menos um médico e aqueles Distritos que não possui, semanalmente passa um médico para assistência médica.

Igualmente referiu, que em algumas regiões os aspectos culturais agravam a situação da pobreza, onde exemplificou que na Província de Gaza, no Distrito de Chicualacuala, em 2003

era considerado o Distrito mais pobre, apesar de existirem pessoas com 5.000 a 10.000 cabeças e não levavam os seus filhos a escola alegando falta de dinheiro.

No que tange ao tempo de contacto com a comunidade Sua Excia. referiu que o nosso país é dos poucos países com maior abertura, que os governantes têm se deslocado ao encontro das populações, no âmbito da governação aberta.

Sobre o Observatório de Desenvolvimento S. Excia. salientou que estes eram importantes para o Governo, por tratar de momento impar de diálogo com a sociedade, no qual ausculta todas as inquietações da População. Igualmente, informou que nunca tomou conhecimento do adiamento da sessão plenária do observatório de desenvolvimento provincial exactamente na data da sua realização, por razões que se prendessem com a recepção, pelo Governador Local, de uma delegação de nível Central.

Posto isto, Sua Excia o Ministro da Planificação e Desenvolvimento deu por encerrada a 11ª Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento Central.

Maputo, Março de 2012

5. ANEXO I: PROGRAMA

11ª Sessão Plenária Observatório de Desenvolvimento

PROGRAMA

Data: 16 de Março de 2012

Local: Centro de Conferências Joaquim Chissano

<i>08:30 – 09:00h</i>	<i>Registo dos Participantes</i>
<i>09:00 – 09:15h</i>	<i>Abertura da 11ª Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento - Por S. Excia. o Ministro da Planificação e Desenvolvimento</i>
<i>09:15 – 09:45h</i>	<i>Apresentação do Documento do Balanço do PES 2011 – dr. Chaibo Selemane (DNMA) - MPD</i>
<i>09:45 – 09:55h</i>	<i>Comentários</i>
<i>09:55 – 10:25h</i>	<i>Intervenção do Representante da Sociedade Civil - G20- Eufregínia dos Reis (GMD)</i>
<i>10:25 – 10:45h</i>	<i>Intervenção do Representante dos Parceiros Internacionais - Lóla Castro (PMA)</i>
<i>10:45 – 11:15h</i>	<i>Discussão Aberta</i>
<i>11:15 – 11:30h</i>	<i>Apresentação do Informe da Declaração de Busan – Cristina Matusse (DNP)-MPD</i>
<i>11:30 – 11:50h</i>	<i>Encerramento – Conclusões e Recomendações da 11ª Sessão do Observatório de Desenvolvimento - S. Excia. o Ministro da Planificação e Desenvolvimento</i>
<i>11:50h</i>	<i>Lanche</i>

ANEXO II: LISTA DE PARTICIPANTES

11ª Sessão Plenária Observatório de Desenvolvimento

LISTA DE PARTICIPANTES

Data: 16 de Março de 2012

Local: Centro de Conferências Joaquim Chissano

GOVERNO	
Nº	NOME
1.	Ministro da Planificação e Desenvolvimento
2.	Ministro das Finanças
3.	Ministra da Função Pública
4.	Vice-Ministro da Justiça
5.	Presidente do INE
6.	Vice-Ministro das Obras Públicas e Habitação
7.	Vice-Ministro da Administração Estatal
8.	Vice-Ministro da Agricultura
9.	Secretária Permanente do Ministério da Educação

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO	
Nº	NOME
10.	Representante Residente do FMI
11.	Representante do PNUD e Representante Coordenadora do Sistema das Nações Unidas
12.	Director do PNUD
13.	Representante do USAID
14.	Representante da UNICEF
15.	Embaixadora dos Estados Unidos da América
16.	Embaixadora do Japão
17.	Embaixador de Brasil
18.	Embaixador de China
19.	Embaixador de Austrália
20.	Embaixador da Islândia
21.	Embaixador de Índia
22.	Comissão Europeia
23.	Reino Unido (DFID)
24.	Banco Africano de Desenvolvimento
25.	Representante Residente do Banco Mundial
26.	Embaixada da Suécia
27.	Embaixada da Irlanda
28.	Embaixada da Noruega
29.	Embaixada da Suíça
30.	Embaixada da Alemanha

31.	Embaixada de Canadá
32.	Embaixada da Itália
33.	Embaixada da Finlândia
34.	Embaixada da França
35.	Embaixador de Portugal
36.	Embaixador de Espanha
37.	Embaixador de Dinamarca
38.	Embaixador da Bélgica
39.	Embaixador de Áustria

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
GOVERNO		
40.	Lúcia Luciano	Ministério da Agricultura
41.	Eulália Macome	Ministério da Agricultura
42.	Ivone Lichucha	Ministério das Pescas
43.	Lázaro Xhangombe	Centro de Promoção da Agricultura
44.	Osvaldo Catine	Instituto de Investigação Agrário de Moçambique
45.	Anisio Chemane	Dir. Nac. Prom. Des. Rural - MAE
46.	Helton Xavier	Ministério da Energia
47.	Suzana Mafuiane	Ministério da Indústria e Comércio
48.	Messias Macie	Ministério das Obras Públicas e Habitação
49.	Sheila Mavie	Fundo de Estradas
50.	Ambrósio Adolfo	Ministério dos Transportes e Comunicações
51.	Mety Gondola	Ministério da Ciência e Tecnologia
52.	Fidel Culuane	Instituto de Promoção de Exportação - MIC
53.	Erasmus Nachungue	Ministério para Coordenação da Acção Ambiental
54.	Messias Macie	Direcção Nacional de Águas - MOPH
55.	Helton Xavier	Ministério da Energia
56.	Rita Almeida	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades - MAE
57.	Egídio Cueteia	MPD
58.	Antonio Muchine	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional - MITRB
59.	David Magalhães	Instituto para promoção de Pequenas e médias Empresas - MIC
60.	Angelina Langa	Ministério das Finanças
61.	André Chemane	Ministério da Indústria e Comércio
62.	Sara Taibo	Centro de Promoção de Investimentos
63.	Ferrão Tamele	Ministério dos Recursos Minerais
64.	Otília Zualo	Banco de Moçambique
65.	Janete Machava	Ministério da Educação
66.	Eleuterio Mabjaia	IPPEME
67.	Francisco Macaringue	Instituto Nacional de Estatística
68.	Manuel Rego	Ministério da Educação
69.	Abílio Cualo	Ministério da Mulher e da Acção Social
70.	Moisés Mazivila	Ministério da Saúde
71.	Edgar Cossa	Secretariado Técnico da Segurança Alimentar
72.	Mendes Barreiro	Ministério das Obras Públicas e Habitação - Habitação
73.	Célia Gonçalves	Ministério da Saúde

74.	Leopoldina Ali	Conselho Nacional de Combate ao Sida
75.	Fausto Mafambissa	MPD
76.	Arlindo Graça	Autoridade Tributária de Moçambique
77.	Anabela Chamбуca	Ministério das Finanças
78.	Isabel Sumar	Ministério das Finanças – Gabinete de Estudos
79.	Esmeralda Fumo	Banco de Moçambique
80.	Eunísia	Ministério da Função Pública - IGAE
81.	Paulino Shakushasha	Inspeção Geral de Finanças - MF
82.	Edson Manguinhane	MPD
83.	Sauzilda Pacule	Tribunal Administrativo
84.	Alfredo Mutombene	MPD
85.	Grilo Lubrino	Ministério da Função Pública
86.	Rosa Munguambe	Ministério da Função Pública
87.	Maria Rita Freitas	Ministério da Indústria e Comércio
88.	Momade Saide	MPD
89.	Plácido Nerino Pereira	Ministério da Administração Estatal
90.	Paula Corda	MPD
91.	Gaspar Moniquela	Ministério da Justiça
92.	Abílio Cualó	Ministério da Mulher e da Acção Social
93.	Fernando Mulima	Instituto Nacional de Desminagem
94.	Júlio Filimone	MPD
95.	Evenilde Tamele	MPD
96.	Hanifa Ibraimo	MPD
97.	Sérgio Hele	MPD
98.	Fernando Ngoca	MPD